

# Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 33 jul-dez 2015 ISSN 1413-6651

IMAGEM azulejo barroco da freguesia de São Vicente da cidade de Braga, a “Cidade Barroca” situada no Norte de Portugal, sendo a cidade mais antiga de Portugal com mais de 2500 anos. Durante o século XVIII o arquiteto André Soares transformou a cidade de Braga no Ex-Libris do Barroco em Portugal.

PRIMEIRA *PROVINCIAL* DE BLAISE PASCAL

Introdução, tradução e notas:

Ricardo Vinícius Ibañez Mantovani

Doutorando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

zorgoborim@hotmail.com

As *Provinciais* de Blaise Pascal são um conjunto de dezoito cartas (acrescido do fragmento de uma décima nona) produzidas entre janeiro de 1656 e março de 1657.

De modo simplificado, pode-se dizer que, ao menos inicialmente, tais cartas foram escritas com vistas a defender Antoine Arnauld – o grande teólogo de Port-Royal, autor das quartas objeções às *Meditações* cartesianas – dos ataques que lhe eram dirigidos pelo padre Annat, então confessor do rei francês.

Esquemáticamente, os fatos que antecederam a produção das *Provinciais* são os seguintes: em 31 de janeiro de 1655, o abade da igreja de Saint-Sulpice se recusa a receber em *confissão* Roger du Plessis, marquês de Liancourt, alegando não poder ministrar o sacramento a um *jansenista* – quer dizer, a alguém cuja espiritualidade era influenciada,

em algum grau, pela obra *Agostinus*, do holandês Cornelius Otto Jansen (1585-1638).

Indignado pela afronta feita a Roger du Plessis – e, por extensão, a todos tidos como “jansenistas” –, Antoine Arnauld escreve duas cartas públicas, onde não só repudia o fato ocorrido na Igreja de Saint-Sulpice, como também a própria condenação do livro de Jansen (ou Jansênio), perpetrada por Inocêncio X em março de 1653.

Será neste momento que Blaise Pascal, temeroso quanto ao que poderia sobrevir a seu amigo Arnauld – que, dentre outros, corria o risco de ser excomungado –, propõe-se a defendê-lo por meio de cartas anônimas, que mais tarde viriam a ser conhecidas como *as Provinciais*. Compostas numa linguagem acessível mesmo aos não familiarizados aos intrincados debates teológicos, tais cartas tinham como objetivo expor ao maior número de leitores possível os estratagemas a que recorriam os jesuítas – liderados por Annat – no processo persecutório aos membros de Port-Royal.

Pascal não foi bem-sucedido: em 31 de janeiro de 1656 – apenas dois dias após a publicação da segunda *Provincial* – a Sorbonne condena Antoine Arnauld, que viria a perder o seu título de doutor em Teologia. Nosso filósofo, no entanto, continuaria ridicularizando os jesuítas e sua moral laxista até março do ano seguinte.

Nossa tradução da primeira *Provincial* – que faz parte de um projeto que abrange, em princípio, a totalidade das cartas – tem por base a edição de Louis Lafuma (PASCAL, 1963).

CARTA ESCRITA A UM PROVINCIAL POR UM DE SEUS AMIGOS, A RESPEITO DO ASSUNTO DAS PRESENTES DISPUTAS DA SORBONNE

Paris, 23 de janeiro de 1656.

Senhor,

Nós estávamos bastante enganados. Somente ontem deixei o engano. Até então eu pensava que o assunto das disputas da Sorbonne era muito importante e de graves consequências para a religião. Tantas assembleias de uma companhia tão célebre quanto a Faculdade de Paris, e onde se passaram tantas coisas tão extraordinárias e tão fora do comum, fazem conceber a respeito uma ideia tão alta que não se pode crer que não tivessem um objeto muito extraordinário.

No entanto, vós ficareis muito surpreso quando souberdes, por esta narrativa, a que se destina um tão grande estardalhaço; e é o que vos direi em poucas palavras, após já ter-me instruído perfeitamente.

Examinam-se duas questões: uma de fato e outra de direito. Aquela de fato consiste em saber se o Sr. Arnauld é temerário por ter dito na sua Segunda Carta: *Que ele leu escrupulosamente o livro de Jansênio, e que não encontrou as proposições condenadas pelo falecido Papa; e no entanto que, como ele condena essas proposições em qualquer lugar em que elas se encontrem, ele as condena em Jansênio, se nele estão.*

A questão é saber se ele pôde, sem temeridade, testemunhar que duvida que estas proposições sejam de Jansênio, depois de os Senhores bispos terem declarado que elas aí estão.

Propõe-se o caso na Sorbonne. Setenta e um doutores empreendem sua defesa e sustentam que ele não pôde responder outra coisa àqueles que, por tantos escritos, perguntavam-lhe se considerava que estas proposições estavam neste livro, senão que ali ele não as viu, e que, todavia, as condena se lá estão.

Alguns mesmo, indo além, declararam que, por mais que procurassem, lá não as encontraram, mas sim outras, que lhes são totalmente contrárias. E pediram com insistência que, se houvesse algum doutor que lá as tivesse visto, ele as quisesse mostrar-lhes; declararam que isto era uma coisa tão fácil que não podia ser recusada, pois era um meio seguro de submeter todos, inclusive o Sr. Arnauld; mas isto lhes foi sempre recusado. Eis o que se passou deste lado.

Do outro lado encontravam-se oitenta doutores seculares e uns quarenta monges mendicantes que condenaram a proposição do Sr. Arnauld sem querer examinar se o que ele tinha dito era verdadeiro ou falso, tendo mesmo declarado que não se tratava da verdade, mas somente da temeridade da sua proposição.

Além disso, houve quinze que não foram a favor da censura, aos quais se chama de indiferentes.

Eis como terminou a questão de fato, que não me deixa muito inquieto; pois, que o Sr. Arnauld seja temerário ou não, é algo no qual minha consciência não está interessada. E se eu fosse tomado pela curiosidade de saber se estas proposições estão em Jansênio, seu livro não é nem tão raro nem tão grosso que eu não possa lê-lo inteiro para me esclarecer a respeito, sem consultar a Sorbonne.

Mas, se eu não receasse também ser temerário, creio que seguiria a opinião da maioria das pessoas que vejo, as quais, tendo acreditado até aqui, de acordo com a fé pública, que essas proposições estão em Jansenio, começam a desconfiar do contrário devido à estranha recusa que se faz de mostrá-las, recusa que é tal que eu ainda não vi ninguém que me tenha dito que ali as tenha encontrado. De sorte que eu temo que esta censura faça mais mal que bem, e que ela dê àqueles que venham a conhecer sua história uma impressão totalmente oposta à sua conclusão. Pois, na verdade, o mundo está se tornando desconfiado e somente crê nas coisas quando as vê. Mas, como eu já disse, este ponto é pouco importante, pois não diz respeito à fé.

Já a questão de direito me parece bem mais considerável, visto que tange à fé. Assim tomei um particular cuidado ao me informar a respeito. Mas ficareis muito satisfeito de ver que é uma coisa tão pouco importante quanto a primeira.

Trata-se de examinar o que o Sr. Arnauld disse na mesma carta: *Que a graça, sem a qual não se pode nada, faltou a São Pedro na sua queda.* Pensávamos, vós e eu, que era aqui questão de examinar os maiores princípios da graça, tais como se ela não é dada a todos os homens, ou bem se ela é eficaz; mas nós estávamos muito enganados. Eu me tornei um grande teólogo em pouco tempo, e vós o comprovareis.

Para saber verdadeiramente a coisa, eu encontrei o Senhor N., Doutor de Navarra, que mora perto de mim, e que é, como sabeis, dos mais zelosos contra os Jansenistas; e como minha curiosidade me deixava quase tão ardoroso quanto ele, perguntei-lhe se eles não decidiriam formalmente que *a graça é dada a todos os homens*, a fim de que não se levantasse mais essa dúvida. Mas ele me repudiou rudemente e disse que

não era disso que se tratava; que havia alguns dos seus que sustentavam que a graça não é dada a todos, que os examinadores até mesmo haviam dito em plena Sorbonne que essa opinião é *problemática*, e que ele próprio tinha tal sentimento; o que me confirmou por esta passagem, que ele diz ser célebre, de Santo Agostinho: *Nós sabemos que a graça não é dada a todos os homens.*

Eu pedi desculpas por ter apreendido mal seu sentimento, e lhe supliquei que me dissesse se eles não condenariam ao menos essa outra opinião dos Jansenistas que faz tanto estardalhaço, *que a graça é eficaz, e que ela determina nossa vontade a fazer o bem.* Mas não fui mais feliz nesta segunda questão.

- Vós não entendeis nada, me disse ele; isto não é uma heresia; é uma opinião ortodoxa; todos os Tomistas a sustentam, e eu mesmo a defendi na minha tese de doutorado<sup>1</sup>.

Não mais ousei propor-lhe minhas dúvidas; e mesmo não sabia mais onde estava a dificuldade, quando, para me esclarecer, supliquei-lhe que me dissesse em que consistia, pois, a heresia da proposição do Sr. Arnauld.

- Consiste, disse-me ele, em que ele não reconhece que os justos têm o poder de cumprir os mandamentos de Deus da maneira como nós o entendemos.

1 Traduzimos, aqui, por “tese de doutorado” o termo *Sorbonique*, presente no texto original. Segundo Michel Le Guern, “a palavra designa tanto a própria tese quanto sua defesa”. O *Dictionnaire de Furetière* - citado por Le Gern - define *Sorbonique* como o “ato solene realizado na sala da Sorbonne para receber o doutorado em teologia”. (In: PASCAL, 1987, p. 325, n.8).



Deixei-o depois desta instrução; e, bem orgulhoso de conhecer o cerne da questão, fui encontrar o Senhor N., que está cada vez melhor, e que teve saúde suficiente para me conduzir à casa de seu cunhado, que é Jansenista, se é que já houve um, e que, no entanto, é muito bom homem. Para ser mais bem recebido, fingi ser um dos seus e disse-lhe:

- Será possível que a Sorbonne tenha introduzido na Igreja este erro, que *todos os justos têm sempre o poder de cumprir os mandamentos*?

- Como falais? – disse-me o meu doutor. Chamais de erro um sentimento tão católico, e que somente os luteranos e os calvinistas combatem?

- O quê? – disse-lhe eu, não é esta vossa opinião?

- Não, disse-me ele; nós a anatematizamos como herética e ímpia.

Surpreso com essa resposta, eu entendi que havia exagerado ao afetar ser Jansenista, assim como já havia exagerado ao afetar ser Molinista; mas, não podendo me assegurar de sua resposta, roguei-lhe que me dissesse confidentemente se sustentava que *os justos tinham sempre um poder verdadeiro de observar os preceitos*. Meu homem se inflamou, mas de um zelo devoto, e disse que jamais dissimularia seus sentimentos por qualquer razão; disse que essa era sua crença e que ele e todos os seus a defenderiam até a morte, como sendo a pura doutrina de São Tomás e de Santo Agostinho, seu mestre.

Ele me falou tão seriamente a respeito que não pude duvidar; e com essa segurança, retornei à casa do meu primeiro doutor, e disse-lhe, muito satisfeito, que estava certo de que a paz voltaria a reinar na

Sorbonne em breve; que os Jansenistas estavam de acordo a respeito do poder que têm os justos para cumprir os preceitos; que eu era seu fiador, e que faria com que eles assinassem com seu sangue.

-Vamos com calma! – disse-me ele; é necessário ser teólogo para ver a finura da questão. A diferença que há entre nós é tão sutil que dificilmente conseguimos demarcá-la nós mesmos; teríeis muita dificuldade para entendê-la. Contentai-vos, pois, em saber que os Jansenistas vos dirão, sem problemas, que todos os justos têm sempre o poder de cumprir os mandamentos; não é sobre isto que disputamos; mas eles não vos dirão que este poder seja *próximo*; este é o ponto.

Esta palavra me era nova e desconhecida. Até então eu tinha entendido as disputas, mas esse termo me lançou na obscuridade, e creio que ele não foi inventado senão para confundir. Pedi-lhe então que mo explicasse; mas ele fez mistério e, sem outra satisfação, disse que eu me reportasse aos Jansenistas, para que estes me dissessem se admitem este poder *próximo*. Encarreguei minha memória com este termo, pois minha inteligência nisso não tomava parte. E, temendo esquecê-lo, fui prontamente reencontrar meu Jansenista, a quem eu disse incontinentemente, após as primeiras civilidades:

- Dizei-me, eu vos rogo, se admitis o *poder próximo*.

Ele se pôs a rir, e me disse friamente:

- Dizei-me vós em que sentido o entendeis, então vos direi o que penso a respeito.

Como meu conhecimento não ia até esse ponto, vi-me sem ter como poder responder; e, no entanto, para não tornar minha visita inú-

til, disse-lhe ao acaso:

- Entendo-o no sentido dos Molinistas.

A que meu homem, sem perturbar-se, disse:

- A quais Molinistas, disse-me ele, vós me reportais?

Eu os ofereci a ele todos em conjunto, como se formassem um só corpo e agissem por um mesmo espírito.

Mas disse-me ele:

- Estais bem pouco instruído. Eles têm tão pouco os mesmos sentimentos que chegam a tê-los totalmente contrários. Porém, estando todos unidos no desejo de condenar o Sr. Arnauld, eles combinaram concordar a respeito do termo *próximo*, que tanto uns quanto outros diriam em conjunto, ainda que o entendessem diversamente, a fim de falar uma mesma linguagem, e que por essa aparente conformidade eles pudessem formar um corpo considerável, e compor um grande número, para oprimi-lo com segurança.

Esta resposta me surpreendeu, mas, sem acolher tais impressões dos maus designíos dos Molinistas, nos quais não quero crer com base em sua palavra, e que não me interessam, detive-me somente em conhecer os diversos sentidos que eles dão a esta misteriosa palavra *próximo*. Mas ele me disse:

- Eu vos esclareceria de bom grado; mas vós veríeis aí uma repugnância e uma contradição tão grosseiras, que teríeis dificuldade em crer-me. Eu vos seria suspeito. Ficaríeis mais seguros se o aprendêsseis deles próprios; dar-vos-ei seus endereços. Só tereis que encontrar, sepa-

radamente, o Sr. Le Moyne e o Padre Nicolai.

- Não conheço nem um nem outro, disse-lhe.

- Vede, pois, disse-me ele, se vós não conheceis algum destes que vou nomear, pois eles seguem os sentimentos do Sr. Le Moyne.

Eu conhecia, com efeito, alguns. Em seguida ele me disse:

- Vede se vós não conheceis os Dominicanos, que são chamados de *novos Tomistas*, pois eles são todos como o Padre Nicolai.

Também conhecia alguns dentre os que ele nomeou; e, resolvido a aproveitar este conselho e me desembaraçar da dificuldade, deixei-o, e fui primeiramente à casa de um dos discípulos do Sr. Le Moyne.

Supliquei que me dissesse o que era *ter o poder próximo de fazer alguma coisa*.

- Isto é fácil, disse-me ele: é ter tudo o que é necessário para fazê-la, de tal sorte que não falte nada para agir.

- Assim, disse-lhe, ter o *poder próximo* para atravessar um rio, é ter um barco, barqueiros, remos, e o resto, de sorte que nada falte.

- Exatamente, disse ele.

- E ter o poder próximo *de ver*, disse-lhe, é ter boa vista e estar em pleno dia. Pois quem tivesse vista boa na escuridão não teria o poder próximo de ver, segundo vós, pois lhe faltaria a luz, sem a qual não se pode ver.

- Precisamente, disse-me ele.

- E por consequência, continuei, quando dizeis que todos os justos têm sempre o poder próximo de observar os mandamentos, vós entendeis que eles sempre têm toda a graça necessária para cumpri-los, de sorte que não lhes falta nada da parte de Deus.

- Esperai, disse-me ele; eles têm sempre tudo o que é necessário para observá-los, ou pelo menos para pedi-lo<sup>2</sup> a Deus.

- Entendo bem, disse-lhe; eles têm tudo o que é necessário para pedir a Deus que os auxilie, sem que seja necessário que eles tenham alguma nova graça de Deus para orar/pedir.

- Entendestes, disse-me ele.

- Mas então não é necessário que eles tenham uma graça eficaz para pedir/orar a Deus?

- Não, disse-me ele, segundo o Sr. Le Moyne.

Para não perder tempo, fui aos Jacobinos, e questionei aqueles que eu sabia serem novos Tomistas. Eu lhes pedi que me dissessem o que é *poder próximo*.

- Não é aquele, disse-lhes, ao qual não falta nada para agir?

- Não, disseram-me.

- Mas, quê! Meus Padres, se falta alguma coisa a esse poder, vós o chamais de *próximo*, e diríeis, por exemplo, que um homem tem, à noite

2 O verbo francês *prier*, aqui traduzido como *pedir*, também significa *rogar*, *rezar* e *orar*. Assim, nossa escolha por uma das significações sempre se guiará pelo contexto, de modo a comportar o mínimo possível de aleatoriedade.

e sem nenhuma luz, o *poder próximo de ver*?

- Sim! Ele o teria, de acordo conosco, desde que não fosse cego.

- Bem vejo, disse-lhes; mas o Sr. Le Moyne o entende de uma maneira contrária.

- É verdade, disseram-me; mas nós o compreendemos assim.

- Consinto! - disse-lhes eu, pois não disputo jamais a respeito do nome, contanto que me seja informado o sentido que lhe é dado. Mas vejo por aí que, quando dizeis que os justos têm sempre o *poder próximo* para orar a Deus, vós compreendeis que eles têm necessidade de um outro socorro para pedir/orar, sem o qual eles não orarão jamais.

- Muito bem, responderam-me meus Padres, abraçando-me, muito bem! - pois falta-lhes, além disso, uma graça eficaz que não é dada a todos, e que determina sua vontade a orar; e é uma heresia negar a necessidade dessa graça eficaz para orar.

- Muito bem, disse-lhes eu por minha vez; mas, segundo vós, os Jansenistas são católicos, e o Sr. Le Moyne herético; pois os Jansenistas dizem que os justos têm o poder de orar, mas que é necessária, no entanto, uma graça eficaz, e é o que vós aprovais. E o Sr. Le Moyne diz que os justos oram sem graça eficaz, e é o que vós condenais.

- Sim, disseram eles, mas o Sr. Le Moyne chama esse poder de *poder próximo*.

- O quê! Meus Padres, disse-lhes eu, é jogar com as palavras dizer que vós estais de acordo por causa dos termos comuns que usais, quando sois contrários no sentido.

Meus Padres nada responderam; e então chegou meu discípulo do Sr. Le Moyne, por uma felicidade que eu acreditava extraordinária; mas depois eu soube que seu encontro não é raro, e que eles estão continuamente misturados uns aos outros.

Eu disse, pois, a meu discípulo do Sr. Le Moyne:

- Conheço um homem que diz que todos os justos têm sempre o poder de orar a Deus, mas que, no entanto, eles não orarão jamais sem uma graça eficaz que os determine, e a qual Deus não dá sempre a todos os justos. Ele é herético?

- Esperai, disse-me meu doutor, vós poderíeis surpreender-me. Vamos com calma, *distinguo*; se ele chama esse poder de *poder próximo*, ele será Tomista e, portanto, católico; se não, ele será Jansenista e, portanto, herético.

- Ele não o chama, disse eu, nem de próximo nem de não próximo.

- Então ele é herético, disse-me ele; perguntai-o a estes bons Padres.

Eu não os tomei por juízes, pois já tinham consentido com um movimento de cabeça, mas disse-lhes:

- Ele recusa-se a admitir a palavra *próximo*, pois não se quer explicá-la.

Com isto, um dos Padres quis oferecer sua definição; mas ele foi interrompido pelo discípulo do Sr. Le Moyne, que lhe disse:

- Quereis, pois, recomeçar nossos desentendimentos? Nós não

ficamos de acordo quanto a não explicar a palavra *próximo*, e dizê-la sem dizer o que ela significa?

A que o Jacobino consentiu.

Penetrei, assim, no desígnio deles, e disse-lhes enquanto me levantava para deixá-los:

- Na verdade, meus Padres, eu tenho muito medo de que tudo isto seja uma pura chicana; e o que quer que resulte de vossas assembleias, ousou vos predizer que, ainda que a censura fosse feita, a paz não seria estabelecida. Pois, quando se tiver decidido que é necessário pronunciar as sílabas *pró-xi-mo*, quem não vê que, não tendo sido explicadas, cada um de vós quererá gozar da vitória? Os Jacobinos dirão que essa palavra se entende no sentido deles. O Sr. Le Moyne dirá que é no seu; e assim haverá muito mais disputas para explicá-la do que para introduzi-la; pois, após tudo isso, não haveria muito perigo em acolhê-la sem nenhum sentido, posto que ela não pode tornar-se uma ameaça senão pelo seu sentido. Mas seria uma coisa indigna da Sorbonne e da teologia usar palavras equívocas e capciosas sem explicá-las.

Enfim, meus Padres, digei-me, rogo-vos, pela última vez, o que é necessário crer para ser católico?

- É necessário, me disseram todos juntos, dizer que todos os justos têm o *poder próximo*, fazendo abstração de todo sentido: *abstrahendo a sensu Thomistarum, et a sensu aliorum theologorum*.

- Quer dizer, disse-lhes eu indo embora, que é necessário pronunciar esta palavra da boca para fora, por medo de ser herético de nome. Pois, enfim, esta palavra é da Escritura?



- Não, disseram-me.

- Ela é, então, dos Padres, ou dos concílios, ou dos Papas?

- Não.

- Ela é, então, de São Tomás?

- Não.

- Que necessidade há, pois, de dizê-la, uma vez que ela não possui nem autoridade nem nenhum sentido em si mesma?

-Vós sois obstinado, me disseram: vós a direis ou sereis herético, e o Sr. Arnauld também, pois nós somos o maior número; e, se necessário, nós faremos vir tantos *Cordeliers*<sup>3</sup> que nós prevaleceremos.

Deixei-os, após esta última razão, para vos escrever esta narrativa, pela qual vedes que não se trata de nenhum dos pontos seguintes, e que eles não são condenados nem por uns nem por outros: 1. *Que a graça não é dada a todos os homens.* 2. *Que todos os justos têm o poder de cumprir os mandamentos de Deus.* 3. *Que eles precisam, no entanto, para cumprir os mandamentos e mesmo para orar, de uma graça eficaz que determine invencivelmente sua vontade.* 4. *Que essa graça eficaz não é sempre dada a todos os justos, e que ela depende da pura misericórdia de Deus.* De modo que não há nada além da palavra *próximo*, sem qualquer sentido, que corra risco.

Felizes os povos que a ignoram! Felizes os que precederam seu

3 Jean Nicot, em *Le Thresor de la langue francoyse* (1606), identifica *Cordelier* a *Franciscano*. Com efeito, os monges franciscanos eram assim chamados por utilizarem uma corda atada como cinto (é precisamente este o significado da expressão francesa *corde lié* – corda atada).

nascimento! Pois eu não vejo mais remédio para isso senão os Senhores da Academia banirem da Sorbonne, por um ato de autoridade, essa palavra bárbara, que causa tantas divisões. Sem isto, a censura parece certa; mas eu vejo que ela não causará outro mal senão tornar a Sorbonne desprezível por esse procedimento, que lhe retirará a autoridade que lhe é necessária em outras ocasiões.

Eu vos deixo, no entanto, a liberdade de manter a palavra *próximo* ou não; pois amo demais meu próximo para persegui-lo sob este pretexto. Se esta narrativa não vos desagrade, continuarei a vos advertir a respeito de tudo que se passar.

Eu sou, etc.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NICOT, J. (1606). *Le Thresor de la langue francoyse*, disponível em [http://www.lexilogos.com/francais\\_classique.htm](http://www.lexilogos.com/francais_classique.htm), consultado em 09/08/2015.

PASCAL, B. (1963). *Oeuvres completes*, apresentação e notas de Louis Lafuma, Paris, Éditions du Seuil.

\_\_\_\_\_. (1987) *Les Provinciales*, edição de Michel Le Guern, Paris, Gallimard.

Enviado em 26/09/2015. Aceito em 26/11/2015.